

Governo aprova orçamento para 2023 com previsão de aumento de gastos superior a 6% além da inflação

Após aprovação da PEC da Transição, governo aprovou a PLOA 2023 alterando a previsão de gastos, e consequentemente do déficit primário, que pode chegar a R\$232 bilhões no próximo ano. A principal mudança em relação à PLOA apresentada em agosto é um aumento do teto de gastos de R\$145 bilhões e aprovação de gastos fora do teto de R\$23 bilhões para investimentos. Na prática, o teto deixa de existir pois a regra fiscal será alterada via lei complementar ao longo de 2023. Até mesmo a LRF perde a referência, com a criação de despesas sem definição de origem de recursos, além da previsão de déficit acima do aprovado na LDO, que era de R\$63 bilhões. O teto de gastos também teve uma ampliação real de R\$24 bilhões, uma vez que foi corrigido em 7,2%, acima da inflação que deve ficar próxima de 5,7% em 2022. Os parlamentares ainda garantiram o orçamento de R\$21,5 bilhões em emendas individuais impositivas, com parte dos recursos que eram destinados ao orçamento secreto.

Entre os novos gastos aprovados estão:

- aumento da despesa para o programa Bolsa Família, de R\$105 para R\$170 bilhões;
- elevação do salário mínimo em 9%, (acima da inflação prevista para o ano em 5,7%)
- reajustes para os servidores em até 19%.

O detalhamento da destinação dos demais recursos deverá ser formalizada após a criação dos novos ministérios em 2023.

	2022	2023	Δ 2023/2022
	Rel. Bimestral	PLOA Ago/22	LOA após a PEC
Receitas Totais	R\$ 2.325,4	R\$ 2.257,4	R\$ 2.257,4
Transferências	R\$ 465,1	R\$ 452,9	R\$ 452,9
Receitas Líquida	R\$ 1.860,3	R\$ 1.804,5	R\$ 1.804,5
% PIB	18,6%	17,0%	17,0%
Despesas Totais	R\$ 1.826,2	R\$ 1.868,2	R\$ 2.036,2
%PIB	18,2%	17,6%	19,2%
Resultado Primário	R\$ 34,1	-R\$ 63,7	-R\$ 231,7
%PIB	0,3%	-0,6%	-2,1%

Fonte: STN, LOA 2023

Preocupante crescimento das despesas

Após 6 anos de despesas/PIB em tendência de queda, o orçamento para 2023 traz de volta um forte crescimento dos gastos públicos. O aumento dos gastos em 2023 significa que as despesas totais passarão de 18,2% para 19,2% do PIB, uma expansão fiscal expressiva de 1 p.p., a maior desde 2015 (excluindo o extraordinário gasto da pandemia em 2020).



Fonte: STN, Governo Federal, Inter

Com inflação prevista em 5,2% para 2023, o crescimento real das despesas totais pode chegar a quase 7%. Entre 2003 e 2016, os gastos públicos tiveram crescimento real médio de 6% a.a., bem acima do PIB no período, e acima do crescimento das receitas, o que levou ao déficit estrutural a partir de 2014. Após a lei do teto de gastos, as despesas cresceram em média 1,1% a.a. entre 2016 e 2022, mesmo com o gasto excepcional em 2020, ano da pandemia.

Despesas Totais Acumuladas em 12 Meses (R\$ Bi)



Fonte: IBGE, Banco Inter; Data-base: Out/2022

Apesar da PEC permitir o aumento de gastos por um ano, na prática, despesas como reajustes de salários e benefícios são incrementos permanentes. Com o crescimento do PIB esperado para 2023 abaixo de 1%, a expansão será

expressiva e volta a desequilibrar as contas públicas, além de pressionar a inflação com a economia próxima do pleno emprego. Vale ressaltar que o aumento aprovado é bem superior à necessidade do programa Bolsa Família e a recomposição de programas essenciais, que estavam estimados em cerca de R\$80 bilhões.

Receita em queda

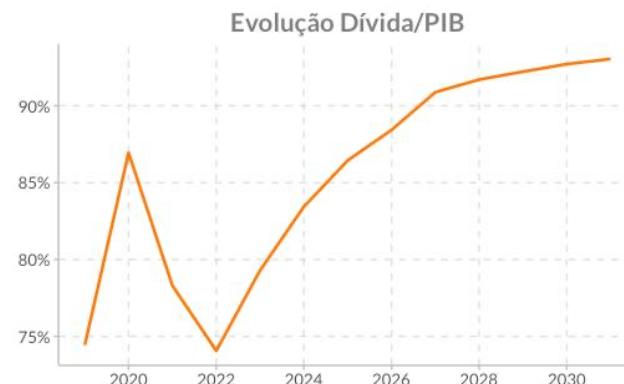
Após forte crescimento de receita em 2021 e 2022, a previsão na LOA é de queda nominal de 3% em 2023. As desonerações, o menor crescimento da economia, a demanda global mais fraca reduzindo preços de commodities, e a ausência de privatizações e dividendos de estatais nos planos do novo governo estão entre as razões para a menor arrecadação esperada.

A aprovação da PEC da transição não incluiu nenhuma medida de aumento na receita, o que piora a situação do resultado primário. No entanto, o governo pretende apresentar uma proposta de reforma tributária, o que pode trazer impacto positivo pelo lado da arrecadação. Outros anúncios que podem melhorar o resultado primário incluem a recomposição de impostos, como o PIS/Cofins sobre a gasolina, e a redução de subsídios fiscais. Por outro lado, pressões por redução de impostos devem continuar como a correção da tabela de IR da pessoa física e do Simples. No longo prazo, considerando a elevada carga tributária no Brasil, o equilíbrio das contas públicas via controle de gastos ainda é

fundamental para a queda nos juros, o que pode permitir um maior crescimento da economia. Ganhos de eficiência, com revisão periódica de programas sociais são essenciais para o controle do crescimento dos gastos.

Evolução da Dívida

A dívida bruta deve terminar 2022 abaixo de 74% do PIB, mesmo patamar de 2019. No entanto, a volta do déficit primário substancial em 2023 e a ausência de uma âncora fiscal resultaram em forte elevação nos juros, impactando o custo da dívida. O déficit nominal pode chegar a R\$1 trilhão no ano, elevando a dívida pública para 79%. No cenário de baixo crescimento e risco fiscal, com taxa de juros real de longo prazo de 4%, a dívida só se estabiliza após 2030, no elevado patamar de 93%. Esse é um cenário bastante desafiador que trás baixa perspectiva de crescimento, pressionando ainda mais as políticas públicas.



Fonte: STN, Governo Federal, Banco Inter

Projeções Fiscais

R\$ bi	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Resultado Primário	64,7	124,30	-160,00	-149,02	-118,73	-75,21	-183,66	10,73	38,21	67,97
% PIB	0,7%	1,2%	-1,5%	-1,3%	-1,0%	-0,6%	-1,4%	0,1%	0,3%	0,5%
Despesa com juros	-448,4	-580,00	-907,12	-834,50	-764,24	-743,21	-752,08	-816,31	-871,39	-928,35
% PIB	-5,0%	-5,8%	-8,5%	-7,4%	-6,5%	-6,0%	-5,8%	-6,0%	-6,1%	-6,2%
Resultado Nominal	-383,7	-455,70	-1.067,12	-983,52	-882,98	-818,42	-935,74	-805,58	-833,18	-860,38
% PIB	-4,3%	-4,6%	-10,0%	-8,8%	-7,5%	-6,6%	-7,2%	-5,9%	-5,8%	-5,7%
Dívida Bruta do Governo Geral	6.967,0	7.386,00	8.426,38	9.394,49	10.263,68	11.068,91	11.991,41	12.782,82	13.600,84	14.445,00
% PIB	78,3%	74,0%	79,3%	83,8%	87,1%	89,4%	92,2%	93,6%	94,7%	95,8%
Dívida Líquida do Setor Público	4.967,0	5.750,00	6.575,02	7.489,26	8.299,36	9.042,34	9.899,98	10.624,70	11.374,17	12.147,89
% PIB	55,8%	57,6%	61,9%	66,8%	70,4%	73,0%	76,1%	77,8%	79,2%	80,5%

Estratégias e Pesquisas Econômicas

Rafaela Vitória, CFA, CNPI
Economista-Chefe

Disclaimer: Este material foi preparado pelo Banco Inter S.A. As informações, opiniões e estimativas nele contidas foram obtidas de fontes consideradas seguras pelo Banco Inter S.A., mas nenhuma garantia é firmada pelo Banco Inter S.A. ou empresas a ele ligadas quanto a correção e integridade de tais informações, opiniões e estimativas, ou quanto ao fato de serem completas. As informações apresentadas neste material podem variar de acordo com a movimentação do mercado. Este material destina-se à informação de investidores e não constitui oferta de compra ou venda de títulos e/ou valores mobiliários. Este material não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer pessoa, para quaisquer fins sem autorização prévia.